

No Congresso, rateio deixa tucanos de fora

Geraldo Magela

HELENA CHAGAS

As lideranças governistas estão preocupadas com o acordo entre PMDB e PFL, que dividiram entre si todas as principais comissões e relatorias da Câmara e do Senado e da reforma constitucional, deixando de fora o PSDB e colocando postos estratégicos nas mãos de políticos pouco afinados com o Governo. "A situação é preocupante", dizia ontem um interlocutor do presidente Fernando Henrique Cardoso ao tomar conhecimento do novo esquema de poder do Congresso. Partido do Presidente, o PSDB reagiu com revolta. "Mais cedo do que se esperava, está se repetindo o governo do Sarney", disse o senador Carlos Wilson (PSDB-PE), comparando o acordo à extinta Aliança Democrática.

"O PSDB não pode reclamar, pois já tem o Presidente da República e os melhores ministérios", rebateu, por sua vez, o vice-líder peemedebista e relator da comissão que tratará da abertura das Telecomunicações, Geddel Vieira Lima. Assim como Geddel, afinado com a ala quercista do PMDB, ocuparão funções nas comissões da reforma constitucional os quercistas Alberto Goldman e Jorge Taduá Mudalen. No Senado, o Governo contará também com poucos aliados de confiança, já que comissões importantes estão nas mãos dos sarneyistas Alexandre Costa (Fiscalização e Controle) e Gilberto Miranda (Assuntos Econômicos).

Suspeita — Os governistas do PSDB suspeitam que a reedição da Aliança Democrática ensaiada pelo PMDB e pelo PFL passa por um acordo em torno da alternância de poder nas presidências das duas casas: no próximo biênio, a do Senado iria para o pefelesta Antônio Carlos Magalhães e a da Câmara para um peemedebista. Além disso, segundo essa avaliação, um objetivo claro desses dois partidos é pressionar o Palácio do Planalto e ampliar espaços dentro do Governo, especialmente com as nomeações de segundo escalão.

Na distribuição das sete comissões do Senado, PMDB e PFL foram implacáveis. Os líderes Jáder



Geddel: "Eles têm o Planalto"

Barbalho e Hugo Napoleão acertaram entre si que o primeiro ficaria com Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos e Educação, enquanto os pefelestas teriam Relações Exteriores, Infra-estrutura e Fiscalização e Controle. Sobrou a Comissão de Assuntos Sociais para o PSDB, que ficou insatisfeito e cobrou dos colegas o mesmo critério usado para a composição da Mesa, quando o primeiro partido escolhia o primeiro cargo, o segundo escolhia o segundo cargo e assim por diante. "Houve uma mudança de critério e cada um escolheu três. Nós ficamos com a última", reclamava o líder tucano Sérgio Machado.

"Respeitar a proporcionalidade é uma questão de educação parlamentar. Acho que o PMDB e o PFL ainda não nos perdoaram pela ousadia de eleger um presidente da República e ter um programa de governo consistente", afirmou o deputado Artur Virgílio (PSDB-AM), reclamando do tratamento dado a seu partido pelos aliados. O líder do PSDB na Câmara, José Aníbal, não quis passar recibo, mas admitiu o problema. "Eles estão tendo que atender aos anseios de suas bancadas, que querem ocupar esses espaços", justificou. O líder discorda, porém, da avaliação de que o Governo passou a ser refém do PMDB e do PFL. "De jeito nenhum. Juntos, eles não têm nem maioria absoluta", disse Aníbal.